

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0013301-48.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Pagamento com Sub-rogação**  
 Requerente: **Royal e Sunalliance Seguros Brasil Sa**  
 Requerido: **Vamberto Dell Piaggi Epp e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****CONCLUSÃO**

Aos 05 de outubro de 2015, faço estes autos  
 conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

Processo nº 1318/12

**VISTOS.****ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)**

**S/A** ajuizou a presente **AÇÃO DE RESSARCIMENTO – ACIDENTE DE TRÂNSITO** em face de **VAMBERTO DELL PIAGGI EPP e THIAGO PEGORARO LIMA.**

A autora firmou com Frederico José R. Domingues contrato de seguro do veículo GM/Silverado, placa CYF 9229 e esse veículo se envolveu em um acidente, descrito no Boletim de Ocorrência de fls.21 e ss; a colisão ocorreu por culpa do requerido Thiago, então conduzindo o veículo MB/Sprinter, placa CWL 0689; sem qualquer razão tal condutor perdeu o controle da direção, ingressou na mão contrária e ali atingiu o veículo segurado, que ficou totalmente destruído (perda total). Como a autora pagou a indenização de R\$ 42.149,35, a Senhora Marcia Regina Martinez Domingues, viúva do segurado, e suas respectivas filhas Paula Martinez Domingues e Patrícia

**0013301-48.2012.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Martinez Domingues, subrogou-se nos direitos para pleitear o ressarcimento dos Réus. Requer, pois, a condenação dos requeridos ao pagamento. Juntou documentos às fls.13/35.

Devidamente citado, o requerido VAMBERTO DELL PIAGGI EPP apresentou contestação alegando preliminarmente sua ilegitimidade passiva. No mérito, sustentou, em síntese, que: 1) que THIAGO não agiu com negligência; 2) no trecho da pista havia se formado uma camada de água, que fez com o que o veículo SPRINTER aquaplanasse; 3) assim, não pode ser responsabilizado. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Devidamente citado, o correquerido THIAGO PEGORARO LIMA apresentou contestação alegando a falta de interesse de agir da autora. Sustentou, em síntese, que: 1) que a autora omitiu a alta velocidade do veículo segurado no momento do impacto; 2) foi informado no Jornal local que os policiais rodoviários mencionaram que o acidente aconteceu por causa da chuva forte que caía na região; 3) no B.O o Delegado de Policia concluiu que houve aquaplanagem. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica à fl.220/225.

Pelo despacho de fls. 219 (irrecorrido) foi indeferida a denúncia da lide do Estado de São Paulo, requerida a fls. 70/72.

Sobreveio réplica às fls. 220 e ss.

Pelo despacho de fls. 230 foi determinada a produção de provas. O corréu Vamberto pleiteou a oitiva de testemunhas e juntou documentos (fls. 231 e ss); a requerente também pleiteou prova oral (fls. 261); o correquerido Thiago não se manifestou (fls. 262).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Deferida a prova oral, as testemunhas foram ouvidas por precatória (fls. 332 e ss).

Pelo despacho de fls. 353 foi declarada encerrada a instrução. O correquerido VAMBERTO apresentou memoriais finais às fls. 357/360 e a Requerente apresentou memoriais às fls. 362/367. O correquerido THIAGO não se manifestou.

O julgamento foi convertido em diligência e na sequencia foram encartados documentos às fls. 391/404, sobre os quais as partes se manifestaram às fls. 411/414 e 416.

Em apenso segue Exceção de Incompetência que remeteu os autos a este juízo (cf. sentença a fls. 18).

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Diante dos elementos de prova constantes nos autos é possível verificar que o acidente ocorreu por **culpa do demandado THIAGO**, então conduzindo o veículo MB/ Sprinter, CWL 0689/São Carlos, pertencente a VAMBERTO.

Vinha ele pela Rodovia SP 255, sentido Araraquara.

Na altura do Km 131 mais 500m, desviou inopinadamente para a faixa contrária, “cortando” a normal trajetória do veículo segurado, que se mantinha na faixa correta de direção (Araraquara para Jaú).

A “tese” pretensamente elidente descrita na


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

defesa não prospera.

A alegação de que o condutor do veículo segurado dirigia em alta velocidade, além de não provada, não teria o poder de afastar a responsabilidade dos requeridos pelo ocorrido (um deles como o causador direto e o outro como dono da coisa inanimada).

Eventual excesso da velocidade – não provado, saliento – do veículo segurado, momentos antes do choque **não foi a causa (ou mesmo concausa) determinante** do evento e, portanto, é circunstância irrelevante para o desate da controvérsia.

Nesse sentido a Lição de Sérgio Cavalieri Filho:

“os nossos melhores autores, a começar por Aguiar Dias, sustentam que, enquanto a teoria da equivalência das condições predomina na esfera penal, a da causalidade adequada é a prevalecente na órbita civil. Logo, em sede de responsabilidade civil, nem todas as condições que concorrem para o resultado são equivalentes (como no caso da responsabilidade penal), mas somente aquela que foi a mais adequada a produzir concretamente o resultado. Além de se indagar se uma determinada condição concorreu concretamente para o evento, é ainda preciso apurar se, em abstrato, ela era adequada a produzir aquele efeito. Entre duas ou mais circunstâncias que concretamente concorreram para a produção do resultado, causa adequada será aquela que teve interferência decisiva” – Programa de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Responsabilidade Civil, 7 ed., Editora Atlas.

No mesmo sentido:

Apelação Cível n. 0004365-45.2011.8.26.0024 –  
 Apelante: BENEVIDES ANTONIO DOS SANTOS – Apelado: MARÍTIMA SEGUROS S/A  
 – Comarca: ANDRADINA (2ª Vara Judicial) –  
 Magistrado: Paulo Alexandre Rodrigues Coutinho – Voto n. 25264 – Ementa: CIVIL –  
 ACIDENTE DE TRÂNSITO – VEÍCULO QUE INICIA O CRUZAMENTO DE RODOVIA DE MODO A INTERCEPTAR A TRAJETÓRIA DO TRÂNSITO PREFERENCIAL – AUSÊNCIA DE PROVA EFETIVA DE QUE O EXCESSO DE VELOCIDADE PUDESSE SER CAUSA OU CONCAUSA DO ACIDENTE – TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA – RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA A QUEM, IMPRUDENTEMENTE, DESRESPEITA A REGRA DE PREFERÊNCIA PREVISTA NA LEI DE TRÂNSITO. 1) Ausente prova idônea corroborando a versão de excesso como causa adequada do sinistro, prevale a culpa daquele que não observa as regras de preferência estabelecidas na lei de trânsito, no caso, o desrespeito à preferência dos veículos que trafegam em rodovia com velocidade regulamentar elevada. 2) Reurso improvido



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

E ainda:

APELAÇÃO – AÇÃO INDENIZATÓRIA – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Ausência de cerceamento de defesa – Prova pericial desnecessária à luz dos demais elementos probatórios – Culpa do réu, que não observou as regras de trânsito ao não respeitar a parada obrigatória e a via preferencial em que transitava o autor – Eventual excesso de velocidade do autor não alteraria o resultado do julgamento, em atenção à teoria da causalidade adequada – Danos materiais bem demonstrados pelos orçamentos acostados aos autos – Negado provimento – Apelação Civil n. 000182-74.2008.8.26.0464 – Comarca de Pompéia – Apelante: Marcelo Ferreira de Oliveira – Apelado: Helio da Silva – Voto n. 7701

\*\*\*

Por outro lado a dinâmica que aflora dos autos indica que THIAGO foi claramente imprudente ao perder o comando de seu utilitário após passar por uma lâmina (ou poça) de água sobre o leito carroçável.

Infringiu os arts 28 e 29, II do CTB.

Nos dias de chuva se exige dos motoristas o que se denomina “máxima cautela” já que previsível o fenômeno da aquaplanagem.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Nesse sentido:

“Apelação Cível. Ação Indenizatória por danos materiais, morais e estéticos, fundada em acidente de trânsito. Sentença de improcedência. Apelo do autor. Dinâmica do acidente incontroversa nos autos. Veículo dirigido pela ré que derrapou na rodovia e invadiu a contramão de direção, vindo a atingir a motocicleta do autor que vinha em sentido contrário. Ocorrência da aquaplanagem. Não configuração de caso fortuito. Fato previsível quando há chuva forte. Hipótese em que deve o condutor redobrar a atenção na direção de seu veículo e reduzir a velocidade ao mínimo necessário. Responsabilidade solidária do proprietário do veículo pelos danos causados (Apelação 0004416-31.2009.8.26.0637, Rel. Des. Moraes Pucci, 27ª, Câmara de Direito privado, j. 03/06/2014).

E ainda:

“CULPA DO CONDUTOR/RÉU CARACTERIZADA.. SENTENÇA REFORMADA. É previsível o risco de aquaplanagem em dias chuvosos, o que exige de todos os condutores redobrada cautela. Age com imprudência o motorista que, sem esse cuidado, vem a perder o controle do seu conduzido e colide com outro veículo”.(Apelação 0012245-65.2008.8.26.0292, Rel. Des. Mendes Gomes, 35ª Câmara de Direito Privado, j. 03/10/2011).

Por fim, cabe ressaltar que se aquaplanagem ocorreu é porque a velocidade do utilitário Sprinter era tal que não venceu a resistência da tensão superficial da camada de água e deslizou sobre ela.

Tivesse havido redução da velocidade para patamar compatível a aquaplanagem não ocorreria.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Outrossim, se os réus atribuem o fenômeno da aquaplanagem a eventual má conservação e fiscalização da Rodovia – circunstâncias não provadas nestes autos, saliento – deve se voltar contra a concessionária que administra o trecho respectivo em ação própria.

Nesse sentido STF, 1ª T, Ag. Rg. No RE 585.007-2, j. 05/05/09.

E também:

TJSP – 35ª Câmara de Direito Privado ACR 0007315-17.2011, j. em 15/12/14 e TJSP – 9ª Câmara de Direito Privado ACR 9000020-48.2011.

**Vamberto responde, no caso, por força da Súmula 341 do STF e Thiago como responsável direto.**

\*\*\*\*

Definida a responsabilidade dos requeridos é de rigor apreciar o reclamo indenizatório.

A autora busca o que já desembolsou para reparação dos danos suportados pelo veículo segurado; trouxe com a inicial o documento de fls. 30 demonstrando o pagamento de indenização aos parentes do falecido, o que não foi impugnado especificamente na defesa; assim, o montante prevalecerá para fins de definição da condenação.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Mercê do exposto e pelo que mais dos autos consta **CONDENO os requeridos, VAMBERTO DELL PIAGGI EPP e THIAGO**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**PEGORARO LIMA**, a **PAGAREM**, à autora, **ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A**, a importância de **R\$ 42.149,35** (quarenta e dois mil e cento e quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos), corrigida a partir de 02/12/2008 (data da transferência bancária, cf. documento de fls. 30), mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Os requeridos arcarão também com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação. No entanto, deverá ser observado o que dispõe o artigo 12 da Lei 1.060/50, uma vez que são beneficiários da gratuidade de justiça.

P.R.I.

São Carlos, 21 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**